

Reflexões às vésperas das eleições presidenciais

Maria Tereza Sadek *

Numa das fases mais nefastas do regime militar, quando tudo era desencanto, Chico Buarque anunciava, esperançoso, que apesar da repressão haveria o renascer de um novo dia. Desde então, a voz do poeta ampliou-se num coro que foi agregando parceiros até desaguar, muitos anos depois, numa orquestração harmoniosa capaz de marcar todas as praças do país. Foi o movimento pelas diretas.

Aquele canto não foi o primeiro, nem o último, embora único em pujança e emoção. Antes dele, a pro-

messa de abertura — ainda que lenta e gradual —, a anistia e a vitória eleitoral da oposição mantiveram por alguns momentos acesa a chama da esperança. Mas, tal como acontecera anteriormente, o clamor "Diretas Já" viu-se abafado. Mais uma vez o novo dia, como se fosse um misterioso visitante, insistia em não aparecer. O canto frustrado permaneceu, entretanto, vivo, apenas aguardando nova oportunidade. E esta não tardou em surgir. Veio com vestes velhas e descreditas — o Colégio Eleitoral —, mas trazia o que se supunha novo: a eleição do primeiro presidente

civil, Tancredo Neves. Tudo indicava que daquela vez o novo alvorecer poderia se tornar realidade, que a espera não tinha sido em vão. A agonia do presidente recém-eleito, seguida de sua morte, refrearam o entusiasmo, mas a "prometida" mudança parecia ser menos ilusória. Para concretizá-la cunhou-se a expressão "Nova República".

A travessia foi longa e difícil. Talvez a mais demorada e conturbada transição de que se tenha notícia na história dos países civilizados. E, mais sério ainda, incapaz de afastar, até hoje, temores de retorno ao pas-

Foto: Informar/Murilo Costa Santos



sado. As crises têm-se sucedido, e as tímidas tentativas de controlá-las não apenas fracassaram, como têm-se mostrado incapazes de debelar o surgimento de crises ainda mais profundas. O desgoverno campeia sem freios, sufocando as esperanças simbolizadas na expressão "Nova República". São tantos os tropeços, que um analista pessimista encontraria traços em abundância para desenhar um quadro sombrio, e o otimista teria certa dificuldade para acentuar positivamente seus achados. Entretanto, qualquer que seja a avaliação que se faça — e épocas pré-eleitorais são sempre propícias para balanços —, uma conclusão é inevitável: o país mudou.

A despeito do malogro de inúmeras expectativas, de promessas relegadas para um futuro distante, o Brasil do final dos anos 80 em quase nada se parece com o país de poucos anos atrás. Essas alterações podem ser vislumbradas contrastando-se alguns indicadores.

A NOVA FISIONOMIA: UM PAÍS RICO COM POPULAÇÃO POBRE

Nos últimos 30 ou 40 anos o país experimentou mudanças de tal magnitude que é possível sustentar que tanto a velocidade com que elas ocorreram como a grandeza das transformações colocam-nos face a realidades inteiramente diversas.

O Brasil na década de 40 possuía pouco mais de 41 milhões de habitantes e sua população era predominantemente rural. Até então, apenas 31,2% viviam em centros urbanos. O setor primário contribuía com mais de um quarto do Produto Interno Líquido, e nas atividades agrícolas e de extração localizava-se mais de metade da população economicamente ativa (65,8%).

No curto espaço de apenas 30 anos a população brasileira praticamente multiplicou-se por três. Além desse fantástico crescimento que, por si só, já implicaria em mudanças no perfil da sociedade, o país urbanizou-se. O censo de 1980 registrou um total de 119.002.706 habitantes,

vivendo em sua maioria nas cidades. A população urbana atingiu a marca de 68%. O crescimento populacional teve um impulso acentuado até a década de 60, respondendo, em grande medida, por modificações na taxa de urbanização. A partir de então, a urbanização passou a adquirir uma dinâmica própria, independente do crescimento vegetativo da população. Tanto assim que, em 1960, o país ainda era predominantemente rural: 44,7% constituíam a população urbana.

O perfil marcadamente urbano do Brasil dos anos 80 reflete-se na distribuição de sua população economicamente ativa (PEA). Vale a pena sublinhar as alterações: entre 1940 e 1980, a porcentagem da PEA no setor primário da economia diminuiu de 65,8% para 29,9%; a do setor secundário aumentou de 10,4% para 24,4%; a do setor terciário cresceu de 19,9% para 36,7%, e a do setor governamental subiu de 2,7% para 4,2%. Trata-se, como se depreende desses indicadores, de uma profunda revolução na estrutura ocupacional.

A essa alteração na fisionomia do país correspondeu um crescimento da riqueza produzida. Os índices econômicos colocam o Brasil, desde a década de 70, entre as primeiras nações do mundo. O Produto Interno Bruto do país tem crescido apreciavelmente, o setor moderno da economia tem aumentado sua participação na produção da riqueza, enfim, a renda expandiu-se a ponto de seu montante aproximar o país das nações mais desenvolvidas.

Se é incontestável, entretanto, que o Brasil tornou-se uma potência econômica, é igualmente indiscutível que a riqueza não eliminou a pobreza. Ao contrário, houve uma apreciável deterioração das condições de vida da maior parte dos brasileiros. Nos últimos 20 anos a diferença entre ricos e pobres tem aumentado consideravelmente. Isso se deve não apenas à política de distribuição de renda implementada, mas também às políticas sociais postas em prática, incapazes de responder satisfatoriamente às mais básicas carências de moradia, saúde, nutrição, educação e transporte.

É chocante o contraste entre os indicadores econômicos e os sociais. Bastaria lembrar que o mesmo país que ocupa o oitavo lugar no concerto das nações capitalistas na geração da riqueza, possui mais de um terço das famílias vivendo em condições de estrita pobreza. Mais de 30% da força de trabalho brasileira ganham menos de um salário mínimo. A distribuição da riqueza é a mais injusta e perversa entre as conhecidas: cerca de metade da população responde por 10% da riqueza, enquanto os 2% mais ricos têm acesso a 20% da renda. Em termos comparativos internacionais, o Brasil desponta como o país onde a renda é mais concentrada. Segundo dados insuspeitos do Banco Mundial, relativos a 1988, seguem o Brasil em concentração da riqueza as Ilhas Maurício, Zâmbia, Quênia, Panamá, Costa do Marfim e Peru. No extremo oposto estariam os países de renda mais desconcentrada, como a Holanda, a Bélgica, a Finlândia e a Dinamarca.

As profundas distorções na distribuição da riqueza não têm sido corrigidas ou atenuadas por políticas sociais mais eficazes. Um simples exemplo ilustraria de modo dramático as conseqüências das deficiências na distribuição da renda e da ausência de uma efetiva política social: o Brasil também se classifica entre os países com maiores taxas de analfabetismo (apenas na Nigéria, na Índia e no Egito o contingente de analfabetos é mais alto). Cerca de 22% dos brasileiros são analfabetos, e metade da população de 15 anos ou mais possui menos de quatro anos de escolaridade.

O desequilíbrio entre os indicadores econômicos e os sociais é ainda combinado com profundas desigualdades regionais e setoriais, que acentuam as debilidades do modelo de "desenvolvimento" adotado.

A BUSCA DE ALTERNATIVAS

Diante do quadro sombrio descrito acima tem-se tomado cada vez mais consensual a impossibilidade de sua permanência, e cada vez mais urgente a necessidade de modificá-lo. A Nova República não só não se

mostrou capaz de implementar políticas capazes de corrigir as distorções na distribuição da renda, como contribuiu em grande parte para acentuar as desigualdades sociais. O achatamento salarial e a inflação galopante tornam a vida, sobretudo a do assalariado, insuportável. Os planos econômicos que se sucederam — Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão — demonstraram fôlego curto. Não conseguiram debelar a inflação nem minorar o descontentamento com a situação presente.

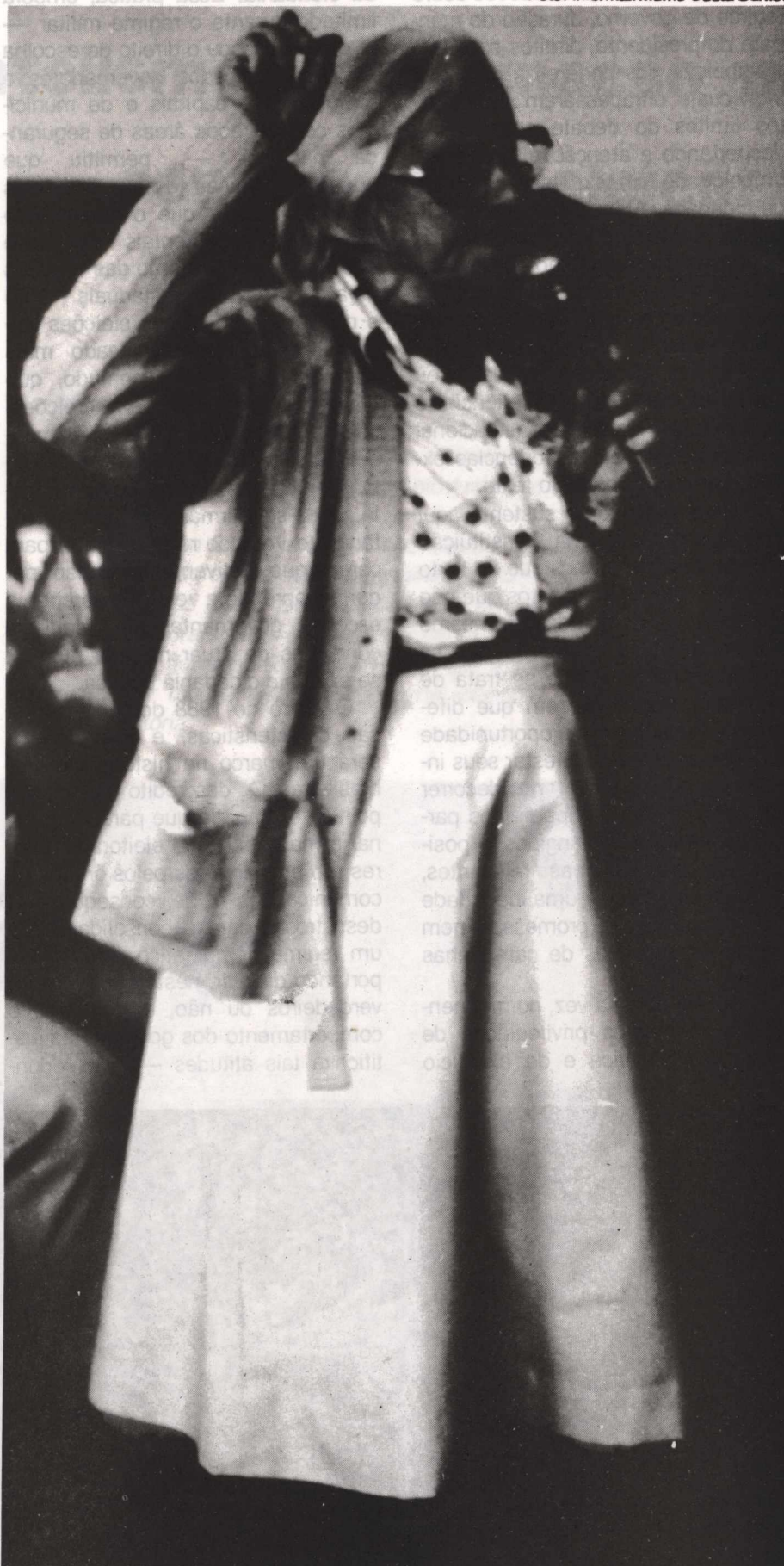
As perdas na qualidade de vida são claramente percebidas pela população, como revela uma pesquisa realizada pelo Data Folha, publicada no jornal Folha de S. Paulo em 31 de março de 1989. Segundo a pesquisa, a maioria dos entrevistados (58%) considera que a vida era melhor durante a vigência do regime militar, contra apenas 22% que se manifestaram considerando a vida pior durante aquele período. Embora esse levantamento tenha por universo apenas a população da cidade de São Paulo, não seria temerário afirmar que seus resultados poderiam ser, em boa medida, generalizados.

Contudo, o dado mais significativo é que, apesar do reconhecimento das deteriorações na qualidade de vida, é altíssimo o percentual dos que defendem a consolidação da democracia. 70% dos entrevistados não desejam a volta dos militares ao poder e apostam na via democrática, com eleições diretas para a Presidência da República.

A crença na democracia, apesar na descrença no atual governo, é sem dúvida o dado mais revelador da mudança por que passou a sociedade brasileira. Dois fatos recentes contribuíram para essa mudança: a Constituinte e a prática eleitoral.

Apesar das críticas às limitações e incongruências da nova Carta Constitucional e ao tempo excessivo para sua gestação, os trabalhos constituintes provocaram um aprendizado político e estimularam a mobilização de setores sociais com algum potencial de organização. Temas alheios ao cotidiano da maior parte da população entraram na or-

Foto: Informar/Marilo Costa Santos



dem do dia. Assim, discussões sobre regime de governo, duração do mandato do presidente, direitos sociais e distribuição dos poderes e garantias individuais ultrapassaram os estreitos limites do debate entre pares, despertando a atenção e, por vezes, empolgando um expressivo número de cidadãos. Além disso, o entrecruzar de pressões que caracterizou os 19 meses de elaboração constitucional levou ao Congresso Nacional os mais diferentes grupos de interesse, numa tentativa de influir nas negociações das lideranças partidárias ou nas votações. Essa experiência é singular na história constitucional brasileira, e suas conseqüências extrapolam o perfil do novo texto.

É claro que não se sustenta aqui que se chegou a uma Constituição perfeita, e muito menos que no texto aprovado não haja aspectos que não poderiam ser melhorados ou mesmo profundamente alterados. O que se está sublinhando é que se trata de uma obra **negociada**, em que diferentes grupos tiveram a oportunidade de organizar-se e manifestar seus interesses. Além disso, no decorrer dos trabalhos os agrupamentos partidários foram constrangidos a posicionar-se sobre temas relevantes, forçando-os a buscar uma identidade que ultrapassa as promessas nem sempre consistentes de campanhas eleitorais.

Eleições, por sua vez, normalmente são momentos privilegiados de socialização política e de exercício

da cidadania. Essa prática, embora limitada durante o regime militar — já que se cassou o direito de escolha do presidente, dos governadores e prefeitos das capitais e de municípios considerados áreas de segurança nacional —, permitiu que questões públicas fossem discutidas ou, pelo menos, que o alheamento de temas fundamentais não fosse absoluto. Com o retorno das eleições para os Executivos estaduais (1982) e municipais (1985), as eleições voltaram a adquirir significado mais abrangente. É certo, contudo, que tanto a participação em eleições, como o aprendizado de suas conseqüências, só se obtêm após um longo processo. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que apenas votando (e votando regularmente) para cargos que efetivamente tenham poder, se aprende a votar, se aprende a escolher governantes, se adquirem condições de atuar na vida pública, se exerce a cidadania política.

O pleito de 1988 demonstrou essas características, e com certeza será um marco na história eleitoral brasileira. O descrédito na classe política e a apatia que parecia dominar a maior parte do eleitorado, fatores tão proclamados pelos órgãos de comunicação, e de conseqüências desastrosas para a consolidação de um regime democrático — não importando discutir, neste momento, se verdadeiros ou não, e o quanto o comportamento dos governantes justificava tais atitudes —, não redun-

daram em práticas deslegitimadoras do exercício democrático do voto. Ao contrário, assistiu-se em todo o país a um espetáculo que colocou em xeque velhos mitos. Para começar, o pleito municipal não se circunscreveu às questões locais, mas houve também, de fato, um questionamento dos governos estaduais e federal. Oligarquias tradicionais não conseguiram impor sua vontade, num jogo que perpetuava seu domínio. Máquinas governamentais não foram capazes de adulterar o julgamento de administrações incompetentes e corruptas. Promessas não significaram garantias de realizações futuras, e a utilização de maior tempo no rádio e na televisão não assegurou ganhos diferenciais de confiança em partidos e políticos comprometidos com a ordem vigente.

Para além da discussão dos resultados eleitorais, o que se deseja marcar é que hoje estamos distantes de eleições meramente simbólicas, ou das eleições que se decidiam adulterando-se a vontade do eleitor. Esse aprendizado, essencial para a consolidação da vida democrática, vê-se neste momento numa fase crucial.

Começada a contagem regressiva para as próximas eleições presidenciais, há um Brasil que irá às urnas depois de um longo intervalo. É um país muito diferente daquele que elegeu Jânio Quadros em 1960. O eleitorado cresceu de 15 para 70 milhões. Mas tão ou mais significativo do que essa espetacular alteração numérica, talvez seja o fato de que hoje a prática da cidadania, resultante de movimentos organizativos, exigirá um empenho acentuado de cada um na defesa de uma sociedade mais justa, capaz de enfrentar desafios. A tarefa é difícil, e muitos são os obstáculos nesta caminhada. Mas obstáculos só são transpostos reconhecendo-se sua existência e a partir de uma ação deliberada guiada pela busca de melhores alternativas para o quadro presente.

(*) Professora de Ciência Política da USP e pesquisadora do Iesp — Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.



Foto: Informar/Murilo Costa Santos